

## CORREIO NACIONAL



Tomaz Silva/Agência Brasil

CNU dos Professores avaliará formação geral e específica

## Inep divulga edital da Prova Nacional Docente 2025

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou na terça o edital da Prova Nacional Docente (PND) de 2025 com o detalhamento das regras, procedimentos e prazos. Conforme já tinha sido anunciado, as provas serão no dia 26 de outubro. Os interessados em participar do exame nacional poderão fazer a inscrição no período de 14 a 25 de julho, exclusivamente, pelo Sistema PND, com a informação do número do CPF, a data

de nascimento, endereço de e-mail e número de telefone fixo e/ou celular válidos. O valor da taxa de inscrição será de R\$ 85. A GRU Cobrança gerada a partir da confirmação da inscrição deverá ser paga até 31 de julho, por Pix, cartão de crédito, débito em conta corrente ou poupança. A Prova Nacional Docente (PND) será aplicada anualmente, voltada aos estudantes concluintes de cursos de formação de professores, inscritos no Enade das Licenciaturas.

## 41 mil crimes ambientais

O Brasil registrou 41.203 crimes ambientais em 2023 e 2024. O relatório da Rede de Observatórios de Segurança leva em conta dados repassados pelas secretarias de segurança de nove estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Pau-

lo. Os pesquisadores, no entanto, entendem que esses números são incompletos e insuficientes para dar conta da realidade socioambiental, porque não incluem violências cometidas contra populações tradicionais, a exemplo de indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

## DPU alerta sobre golpes

A Defensoria Pública da União faz um apelo à população para que desconfie de contatos telefônicos ou mensagens com a finalidade de obter dados bancários da pessoa e pedir pagamento de valores, em caso de ações ajuizadas na Justiça pelo órgão. Em nota, a DPU informa que registrou relatos de

24 episódios de tentativas de fraude utilizando indevidamente o nome de defensores públicos federais. Os casos ocorrem desde o ano de 2023: dois casos no primeiro ano; três casos em 2024; e, até maio de 2025, já são 19 relatos. Todos os fatos se concentram nos estados das regiões Sul e Sudeste.

## Prazo para pagar taxa do Enem

O Ministério da Educação ampliou o prazo para o pagamento da taxa de inscrição do Enem. Com isso, os candidatos terão até o dia 27 de junho para fazer o pagamento. A inscrição é confirmada após o pagamento. A taxa de R\$ 85 pode ser paga por meio de boleto, gerado na Página do Par-

ticipante, Pix, cartão de crédito ou débito em conta corrente ou poupança (a depender do banco). Para efetuar o pagamento via Pix, o candidato deve escanear o QR Code disponível no próprio boleto. Alunos de escolas públicas que terminam o ensino médio em 2025 são isentos da taxa

## Carteira de Identidade Nacional

Mais de 4,2 milhões de idosos já emitiram a sua nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) em todo o Brasil. Esse número representa mais de 21 mil salas de cinema lotadas, seis vezes mais do que o número de salas que o país possui hoje. De acordo com a legislação

brasileira, as pessoas idosas são aquelas com mais de 60 anos. No total, mais 27,7 milhões de brasileiros já tiraram a CIN até o momento. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) nesta terça-feira (17/6).

## Publicidade claramente identificada

A Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, alerta que conteúdos com finalidade publicitária, inclusive nas redes sociais, devem ser identificados de forma clara e imediata. O Código de Defesa do Consumidor garante o direito

à informação adequada e ostensiva — um dos pilares da política nacional das relações de consumo. Com o crescimento do marketing de influência, cada vez mais empresas e marcas têm recorrido a influenciadores digitais para promover seus produtos e serviços.

## Fundo Amazônia aprova R\$ 1,189 bi em projetos

Mecanismo financia desenvolvimento sustentável do bioma

O Fundo Amazônia aprovou R\$ 1,189 bilhão em projetos no primeiro semestre de 2025 e registrou o melhor desempenho de destinação dos recursos desde a criação do mecanismo em 2009. O resultado foi alcançado depois de dobrar a captação, com adesão de novos doadores e a internalização de R\$ 1 bilhão nos últimos dois anos.

Gerida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), a ferramenta foi criada para financiar a conservação, monitoramento e desenvolvimento sustentável do bioma.

Em 16 anos de existência foram aprovados projetos que somam R\$ 5,6 bilhões e o desembolso para execução alcançou R\$ 2,7 bilhões, após os processos de estruturação e contratação.

Com o passar dos anos, os valores foram ampliados alcançando 133 iniciativas, em especial após 2023, quando foram aprovados 23,3% dos projetos que somaram R\$ 584 milhões e R\$ 947 milhões, em 2024.



Tânia Régo/Agência Brasil

O resultado foi alcançado depois de dobrar a captação

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, destacou que - em um contexto geopolítico onde os recursos estão sendo direcionados para guerras - o investimento em iniciativas que protegem a vida, a partir de práticas que preservam o meio ambiente, é um bom exemplo da verdadeira guerra que deveria ser travada contra a mudança do clima, a pobreza e a desigualdade.

“Quando o dinheiro vai para as comunidades e não é reembolsado, a gente diz que é um dinheiro a fundo perdido, mas esse é um recurso a fundo ganho. É o ganho social, ambiental, econômico, científico, tecnológico, cultural e o ganho da parceria, da solidariedade”, reforçou.

Além do escalonamento do número de projetos e recursos, o balanço apresentado na segunda-feira (16)

também destacou a capilaridade das iniciativas aprovadas pelo Fundo Amazônia, em diferentes regiões do bioma, alcançando comunidades quilombolas, organizações indígenas, extrativistas e agricultores familiares.

Alguns exemplos citados foram o projeto Amazônia na Escola para levar a produção sustentável da agricultura familiar à rede pública de educação.

## A nova ‘cara’ das universidades

Fernando Frazão/Agência Brasil

País com 112,7 milhões de pessoas pretas e pardas, os negros, que são 55,2% da população, e de 0,8% de indígenas, mais 1,6 milhão, o Brasil custou a ver reconhecida, entre os rostos dos estudantes universitários, a sua diversidade etnoracial. Mas nos últimos 20 anos, as ações afirmativas mudaram o perfil da universidade brasileira para corrigir uma limitação e transformar positivamente os espaços responsáveis pelo conhecimento e pela formação de novas gerações, na avaliação dos sociólogos Luiz Augusto Campos e Márcia Lima.

Campos e Márcia são os organizadores do livro “Impacto das Cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro”, que faz um balanço detalhado da política e aponta desafios, como a permanência dos estudantes nas instituições.

Na obra, eles reuniram 35 artigos que revisam a política desde os primórdios, quando o então deputado Abdias Nascimento, em 1987, ao voltar do exílio nos Estados Unidos, apresenta um



Nos últimos 20 anos, as ações afirmativas cresceram

projeto de lei para aplicar ação afirmativa na educação.

De lá para cá, o país viu um setor dominado por jovens brancos, de classes média e alta, até o final dos anos 1990, incluir uma maioria de estudantes pretos, pardos e indígenas, que chegaram a 52,4% dos matriculados nas universidades públicas, em 2021, frente aos 31,5% em 2001. No mesmo período, a presença de alunos das classes D e E saltou de 20% para 52%, evidenciando a dimensão econômica da mudança.

Esses avanços são esmiuçados no livro. Os pesquisadores mostram que a política de cotas transformou um dos espaços mais elitizados da sociedade brasileira, a universidade, democratizando seu acesso e redefinindo sua função social.

No prefácio da obra, Nilma Lino Gomes, professora e primeira mulher negra a comandar uma universidade brasileira, lembrou que a política confrontou o Congresso Nacional e setores conservadores

da sociedade, até a aprovação da Lei 12.711, em 2012, com respaldo do Supremo Tribunal Federal.

A partir de então, observou Lino, “elas não apenas ampliaram o acesso à universidade, como provocaram mudanças nas práticas pedagógicas e curriculares, desestabilizando estruturas excludentes no sistema educacional”, afirmou a educadora.

“Após a adoção das ações afirmativas, em especial na modalidade cotas, as instituições federais de educação superior passaram a se posicionar mais firmemente diante das desigualdades — não apenas em discursos, mas em práticas concretas na gestão acadêmica, nos currículos, nas políticas de permanência, na criação de Pró-reitorias de Ações Afirmativas, nos critérios de distribuição de recursos, nas normas disciplinares, na pesquisa, na extensão, na internacionalização, no combate a violações de direitos, no enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e do machismo”, disse.

## STF

## Efeitos colaterais do medicamento Elevidys

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu informações nesta segunda-feira (16) ao Ministério da Saúde, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e à farmacêutica Roche Brasil sobre a gravidade dos efeitos colaterais do medicamento Elevidys, indicado para tratamento da Distrofia Muscular de Duchenne.

O despacho foi proferido após relatos de morte por insuficiência hepática de dois pacientes estrangeiros não deambulantes e de uma criança brasileira que teve seu quadro de saúde afetado por complicações gripais após o uso do Elevidys.

## STJ

## O Superior Tribunal diante dos crimes em concurso

Responsável pela interpretação, em última instância, do direito federal infraconstitucional, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem consolidado uma ampla jurisprudência sobre o concurso de crimes — instituto que regula a aplicação da pena nas hipóteses em que o agente comete mais de um delito.

As três modalidades desse instituto descritas no Código Penal — o concurso material, o concurso formal e a continuidade delitiva — impactam diretamente no cálculo da pena, e o enquadramento do caso concreto em uma delas pode motivar intensas discussões jurídicas.

## TSE

## II Prêmio Nacional de Jornalismo do Judiciário

As pessoas interessadas em concorrer ao II Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário — Direitos Humanos e Tecnologia deverão escolher um dos dois eixos temáticos na hora de inscrever seus trabalhos. O primeiro visa dar destaque à atividade do Judiciário no combate à violação dos direitos humanos, na garantia da cidadania e na preservação do meio ambiente. O outro está relacionado à inteligência artificial (IA), inclusão digital e desinformação. Os trabalhos inscritos no Eixo 2 devem mencionar a atuação jurídica ou administrativa dos tribunais superiores e dos conselhos no uso da IA e na inclusão digital.

## TCU

## Fiscalização do TCU em licitações na área de TI

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez acompanhamento das aquisições de bens e serviços na área de Tecnologia da Informação (TI) realizadas por órgãos e entidades da administração pública federal.

A auditoria verificou o planejamento e a realização das licitações de soluções de TI pela Administração a partir da utilização de ferramentas desenvolvidas pelo TCU, como o sistema de Análise de Editais e Licitações (Alice).

Também foram efetivadas consultas diretas às bases de dados do portal compras.gov.br e do novo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).